

No. 28737

**FEDERAL REPUBLIC OF GERMANY
and
CAPE VERDE**

**Agreement concerning financial cooperation (with annex).
Signed at Dakar on 28 September 1989**

Authentic texts: German and Portuguese.

Registered by Germany on 26 March 1992.

**RÉPUBLIQUE FÉDÉRALE D'ALLEMAGNE
et
CAP-VERT**

**Accord de coopération financière (avec annexe). Signé à
Dakar le 28 septembre 1989**

Textes authentiques : allemand et portugais.

Enregistré par l'Allemagne le 26 mars 1992.

[GERMAN TEXT — TEXTE ALLEMAND]

ABKOMMEN ZWISCHEN DER REGIERUNG DER BUNDESREPUBLIK DEUTSCHLAND UND DER REGIERUNG DER REPUBLIK KAP VERDE ÜBER FINANZIELLE ZUSAMMENARBEIT

Die Regierung der Bundesrepublik Deutschland
und
die Regierung der Republik Kap Verde –

im Geiste der bestehenden freundschaftlichen Beziehungen zwischen der Bundesrepublik Deutschland und der Republik Kap Verde,

in dem Wunsch, diese freundschaftlichen Beziehungen durch partnerschaftliche finanzielle Zusammenarbeit zu festigen und zu vertiefen,

im Bewußtsein, daß die Aufrechterhaltung dieser Beziehungen die Grundlage dieses Abkommens ist,

in der Absicht, zur sozialen und wirtschaftlichen Entwicklung in der Republik Kap Verde beizutragen –

sind wie folgt übereingekommen:

Artikel 1

(1) Die Regierung der Bundesrepublik Deutschland ermöglicht es der Regierung der Republik Kap Verde, von der Kreditanstalt für Wiederaufbau, Frankfurt (Main), Finanzierungsbeiträge bis zu insgesamt 11,0 Mio. DM (in Worten: elf Millionen Deutsche Mark) zu erhalten.

(2) Die Finanzierungsbeiträge werden wie folgt verwendet:

- a) als Projekthilfe bis zur Höhe von 6,0 Mio. DM (in Worten: sechs Millionen Deutsche Mark)
 - aa) zur Deckung erhöhten Finanzbedarfs für das Vorhaben „Wasserversorgung der Insel Fogo“,
 - bb) zur Deckung zusätzlichen Finanzbedarfs für das Vorhaben „Butangasabfüllanlage“,

cc) für das Vorhaben „Asphaltierung der Flugpisten Fogo und Brava“,

wenn nach Prüfung die Förderungswürdigkeit festgestellt worden ist;

- b) bis zu 5,0 Mio. DM (in Worten: fünf Millionen Deutsche Mark) zur Finanzierung der Devisenkosten für den Bezug von Waren und Leistungen zur Deckung des laufenden notwendigen zivilen Bedarfs und der im Zusammenhang mit der finanzierten Wareneinfuhr anfallenden Devisen- und Inlandskosten für Transport, Versicherung und Montage – vorzugsweise zur weiteren Entwicklung der Inseln Fogo und Brava.

Es muß sich hierbei um Lieferungen und Leistungen gemäß der diesem Abkommen als Anlage beigefügten Liste handeln, für die Liefer- bzw. Leistungsverträge nach dem 1. Juni 1989 abgeschlossen worden sind.

(3) Die in Absatz 2 Buchstaben aa) bis cc) bezeichneten Vorhaben können im Einvernehmen zwischen der Regierung der Bundesrepublik Deutschland und der Regierung der Republik Kap Verde durch andere Vorhaben ersetzt werden.

Artikel 2

Die Verwendung der in Artikel 1 genannten Beträge, die Bedingungen, zu denen sie zur Verfügung gestellt werden, sowie das Verfahren der Auftragsvergabe für die in Artikel 1 Absatz 2 Buchstaben aa) bis cc) genannten Vorhaben bestimmen die zwischen der Republik Kap Verde und der Kreditanstalt für Wiederaufbau, Frankfurt (Main), zu schließenden Finanzierungsverträge, die den in der Bundesrepublik Deutschland geltenden Rechtsvorschriften unterliegen.

Artikel 3

Die Regierung der Republik Kap Verde stellt die Kreditanstalt für Wiederaufbau von sämtlichen Steuern und sonstigen öffentlichen Abgaben, die im Zusammenhang mit Abschluß und Durchführung der in Artikel 2 erwähnten Verträge in Kap Verde erhoben werden, frei.

Artikel 4

Die Regierung der Republik Kap Verde überläßt bei den sich aus der Gewährung der Finanzierungsbeiträge ergebenden Transporten von Personen und Gütern im See- und Luftverkehr den Passagieren und Lieferanten die freie Wahl der Verkehrs-

unternehmen, trifft keine Maßnahmen, welche die Beteiligung der Verkehrsunternehmen mit Sitz im deutschen Geltungsbereich dieses Abkommens ausschließen oder erschweren, und erteilt gegebenenfalls die für eine Beteiligung dieser Verkehrsunternehmen erforderlichen Genehmigungen.

Artikel 5

Die Regierung der Bundesrepublik Deutschland legt besonderen Wert darauf, daß bei den sich aus der Gewährung der Finanzierungsbeiträge ergebenden Lieferungen und Leistungen die wirtschaftlichen Möglichkeiten des Landes Berlin bevorzugt genutzt werden.

Artikel 6

Dieses Abkommen gilt auch für das Land Berlin, sofern nicht die Regierung der Bundesrepublik Deutschland gegenüber der Regierung der Republik Kap Verde innerhalb von drei Monaten nach Inkrafttreten des Abkommens eine gegenteilige Erklärung abgibt.

Artikel 7

Dieses Abkommen tritt am Tage seiner Unterzeichnung in Kraft.

Geschehen zu Dakar am 28. September 1989 in zwei Urschriften, jede in deutscher und portugiesischer Sprache, wobei jeder Wortlaut gleichermaßen verbindlich ist.

Für die Regierung der Bundesrepublik Deutschland:

WÖCKEL

Für die Regierung der Republik Kap Verde:

SPENCER LIMA

Anlage
zum Abkommen vom 28. September 1989
zwischen der Regierung der Bundesrepublik Deutschland
und der Regierung der Republik Kap Verde
über Finanzielle Zusammenarbeit

1. Liste der Waren und Leistungen, die gemäß Artikel 1 des Regierungsabkommens vom 28. September 1989 aus den Finanzierungsbeiträgen finanziert werden können:
 - Industrielle Roh- und Hilfsstoffe sowie Halbfabrikate,
 - industrielle Ausrüstungen sowie landwirtschaftliche Maschinen und Geräte,
 - Ersatz- und Zubehörteile aller Art,
 - Erzeugnisse der chemischen Industrie, insbesondere Düngemittel, Pflanzenschutz- und Schädlingsbekämpfungsmittel, Arzneimittel,
 - Beratungsleistungen, Patente und Lizenzgebühren.
 2. Einfuhrgüter, die in dieser Liste nicht enthalten sind, können nur finanziert werden, wenn die vorherige Zustimmung der Regierung der Bundesrepublik Deutschland dafür vorliegt.
 3. Die Einfuhr von Luxusgütern und von Verbrauchsgütern für den privaten Bedarf sowie von Gütern und Anlagen, die militärischen Zwecken dienen, ist von der Finanzierung ausgeschlossen.
-

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE
E O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL DE ALEMANHA
SOBRE COOPERAÇÃO FINANCEIRA

O Governo da República de Cabo Verde
e
o Governo da República Federal da Alemanha,

dentro do espírito das relações amistosas existentes entre a República de Cabo Verde e a República Federal da Alemanha,

no desejo de consolidar e intensificar tais relações amistosas, através de uma Cooperação Financeira igualitária,

conscientes de que a manutenção destas relações constitui o fundamento do presente Acordo,

no intuito de promover o desenvolvimento social e económico em Cabo Verde,

acordaram no seguinte:

Artigo 1

- (1) O Governo da República Federal da Alemanha possibilitará ao Governo da República de Cabo Verde obter contribuições financeiras até ao montante total de DM 11.000.000,-- (onze milhões de marcos alemães) junto ao "Kreditanstalt für Wiederaufbau" (Instituto de Crédito para a Reconstrução), Francoforte do Meno.

(2) As contribuições financeiras serão utilizadas da seguinte maneira:

a) até ao montante de DM 6.000.000,-- (seis milhões de marcos alemães), a título de ajuda aos seguintes projectos,

aa) para suprir a demanda adicional de recursos financeiros do projecto "Abastecimento de água na Ilha do Fogo",

bb) para suprir a demanda adicional de recursos financeiros do projecto "Instalação de engarrafamento de gás butano",

cc) para o projecto "Asfaltamento das pistas do Fogo e da Brava",

se esses projectos, depois de examinados, forem considerados dignos de promoção;

b) até ao montante de DM 5.000.000,-- (cinco milhões de marcos alemães), para o financiamento das despesas de divisas, resultantes da aquisição de mercadorias e serviços, destinados ao atendimento da corrente procura civil e das despesas de transporte, seguro e montagem, em moeda estrangeira e nacional, ligadas às mercadorias de importação financiada - de preferência, para dar prosseguimento às medidas de desenvolvimento das Ilhas do Fogo e da Brava.

Deverá tratar-se aqui de fornecimentos e serviços constantes da lista anexada ao presente Acordo, para

os quais foram celebrados contratos de fornecimento ou de serviço, depois de 1^o de Junho de 1989.

- (3) Os projectos mencionados nas alíneas aa) a cc) do parágrafo 2 poderão ser substituídos por outros projectos, por comum acordo entre o Governo da República de Cabo Verde e o Governo da República Federal da Alemanha.

Artigo 2

A utilização dos montantes mencionados no Artigo 1, as condições da sua concessão, bem como o processo da adjudicação para os projectos mencionados no Artigo 1 parágrafo 2 alíneas aa) a cc), serão estabelecidos pelos contratos de financiamento a serem concluídos entre a República de Cabo Verde e o "Kreditanstalt für Wiederaufbau", Francoforte do Meno, contratos estes que estarão sujeitos às disposições legais vigentes na República Federal da Alemanha.

Artigo 3

O Governo da República de Cabo Verde isentará o "Kreditanstalt für Wiederaufbau" de todos os impostos e demais gravames fiscais a que possa estar sujeito em Cabo Verde com relação à conclusão e execução dos contratos referidos no Artigo 2.

Artigo 4

O Governo da República de Cabo Verde, no que diz respeito ao transporte de pessoas e bens, por via marítima e aérea, decorrente da concessão das contribuições financeiras, deixará ao livre critério dos passageiros e fornecedores a escolha das empresas de transporte, não tomará quaisquer medidas que excluam ou difi-

cultem a participação, com igualdade de direitos, das empresas de transporte com sede na parte alemã da área de vigência do presente Acordo e outorgará, se for caso disso, as autorizações necessárias para a participação das mesmas.

Artigo 5

O Governo da República Federal da Alemanha atribui especial importância a que, nos fornecimentos e serviços resultantes da concessão das contribuições financeiras, sejam, de preferência, utilizadas as possibilidades económicas do "Land" de Berlim.

Artigo 6

O presente Acordo aplicar-se-á também ao "Land" de Berlim, desde que o Governo da República Federal da Alemanha não apresente ao Governo da República de Cabo Verde uma declaração em contrário, dentro de três meses após a entrada em vigor do presente Acordo.

Artigo 7

O presente Acordo entrará em vigor na data da sua assinatura.

Feito em Dakar , aos 28 de Setembro de 1989 ,

em dois originais, cada um nos idiomas português e alemão, fazendo ambos os textos igualmente fé.

Pelo Governo
da República de Cabo Verde:

[Signed — Signé]¹

Pelo Governo
da República Federal da Alemanha:

[Signed — Signé]²

¹ Signed by Spencer Lima — Signé par Spencer Lima.

² Signed by Wöckel — Signé par Wöckel.

ANEXO AO ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE E O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA SOBRE COOPERAÇÃO FINANCEIRA, DE 28 DE SETEMBRO DE 1989

1. Lista das mercadorias e serviços que, conforme o Artigo 1 do Acordo Intergovernamental de 28/09/1989, poderão ser financiados com as contribuições financeiras:

- Matérias-primas e auxiliares para a indústria, bem como semi-manufacturados,
- Equipamentos industriais, bem como máquinas e implementos agrícolas,
- Toda a espécie de peças de reposição e acessórios,
- Produtos da indústria química, sobretudo fertilizantes, fitossanitários e insecticidas, medicamentos,
- Serviços de assessoria, patentes e “royalties”.

2. Bens de importação, não contidos na presente lista, só poderão ser financiados, se para tanto houver a aprovação prévia do Governo da República Federal da Alemanha.

3. Está excluída do financiamento com as contribuições financeiras a importação de bens de luxo e de bens de consumo para procura privada, bem como de mercadorias e equipamentos que sirvan para fins militares.

[TRANSLATION — TRADUCTION]

AGREEMENT¹ BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERAL
REPUBLIC OF GERMANY AND THE GOVERNMENT OF THE
REPUBLIC OF CAPE VERDE CONCERNING FINANCIAL CO-
OPERATION

The Government of the Federal Republic of Germany and the Government of the Republic of Cape Verde,

In the spirit of the friendly relations existing between the Federal Republic of Germany and the Republic of Cape Verde,

Desiring to strengthen and enhance these friendly relations through financial cooperation as partners,

Aware that the maintenance of these relations constitutes the basis of this Agreement,

Intending to contribute to social and economic development in the Republic of Cape Verde,

Have agreed as follows:

Article 1

(1) The Government of the Federal Republic of Germany shall enable the Government of the Republic of Cape Verde to obtain from the Kreditanstalt für Wiederaufbau (Development Loan Corporation), Frankfurt am Main, financial contributions of up to a total of DM 11 million (eleven million deutsche mark).

(2) Provided that, after examination, the projects qualify for promotion, the financial contributions shall be used as follows:

- (a) As project assistance up to DM 6 million (six million deutsche mark);
- (aa) To meet increased financial requirements in connection with the project "Water supply for Fogo Island";
- (bb) To meet additional financial requirements in connection with the project "Butane gas filling plant";
- (cc) For the project "Asphalting of the Fodo and Brava runways".

(b) Up to DM 5 million (five million deutsche mark) for the purpose of financing the foreign-exchange costs of the goods and services provided to cover current civil requirements and the foreign-exchange and national-currency transport insurance and assembly costs incurred in connection with the importation of goods financed under this Agreement, chiefly for the further development of the islands of Fogo and Brava.

Such supplies and services shall be from among those specified in the list annexed to this Agreement for which delivery contracts have been concluded after 1 June 1989.

¹ Came into force on 28 September 1989 by signature, in accordance with article 7.

(3) The projects referred to in paragraph (2) (*aa*) to (*cc*) may be replaced by other projects if the Government of the Federal Republic of Germany and the Government of the Republic of Cape Verde so agree.

Article 2

Utilization of the sums referred to in article 1 of this Agreement, the terms and conditions on which they are granted and the procurement procedure to be applied in connection with the projects referred to in article 1, paragraph 2 (*aa*) to (*cc*) shall be governed by the financing contracts to be concluded between the Republic of Cape Verde and the Kreditanstalt für Wiederaufbau, Frankfurt am Main; these contracts shall be subject to the laws and regulations applicable in the Federal Republic of Germany.

Article 3

The Government of the Republic of Cape Verde shall exempt the Kreditanstalt für Wiederaufbau from all taxes and other fiscal charges levied in the Republic of Cape Verde in connection with the conclusion and execution of the contracts referred to in article 2 of this Agreement.

Article 4

The Government of the Republic of Cape Verde shall allow passengers and suppliers free choice of transport enterprises for such transport by sea and air of passengers and goods as results from the granting of the financial contributions, refrain from taking any measures that might exclude or impede the participation of transport enterprises having their principal place of business in the German area of application of this Agreement, and grant any necessary permits for the participation of such enterprises.

Article 5

With regard to supplies and services resulting from the granting of the contributions, the Government of the Federal Republic of Germany attaches particular importance to preference being given to the economic potential of *Land Berlin*.

Article 6

This Agreement shall apply also to *Land Berlin* provided that the Government of the Federal Republic of Germany does not make a declaration to the contrary to the Government of the Republic of Cape Verde within the three months following the date of entry into force of this Agreement.

Article 7

This Agreement shall enter into force on the date of its signature.

DONE at Dakar on 28 September 1989, in two originals, in the German and Portuguese languages, both texts being equally authentic.

For the Government
of the Federal Republic of Germany:

WÖCKEL

For the Government
of the Republic of Cape Verde:

SPENCER LIMA

ANNEX TO THE AGREEMENT OF 28 SEPTEMBER 1989 BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERAL REPUBLIC OF GERMANY AND THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF CAPE VERDE CONCERNING FINANCIAL CO-OPERATION

1. List of goods and services which, under article 1 of the intergovernmental Agreement of 28 September 1989, may be financed from the financial contributions:

- Industrial raw materials and auxiliary materials and semi-finished products,
- Industrial equipment and agricultural machinery and tools,
- Spare parts and accessories of all kinds,
- Products of the chemical industry, especially fertilizers, pesticides and insecticides, pharmaceutical products,
- Advisory services, patents and licence fees.

2. Imported goods not included in this list may be financed only with the prior consent of the Government of the Federal Republic of Germany.

3. Imports of luxury and consumer goods for private use and goods and installations for military purposes shall not be financed.

[TRADUCTION — TRANSLATION]

ACCORD¹ DE COOPÉRATION FINANCIÈRE ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRALE D'ALLEMAGNE ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DU CAP-VERT

Le Gouvernement de la République fédérale d'Allemagne et le Gouvernement de la République du Cap-Vert,

Dans l'esprit des relations amicales existant entre la République fédérale d'Allemagne et la République du Cap-Vert,

Désireux de renforcer et d'approfondir ces relations amicales par une coopération financière entre associés,

Conscients que le maintien de ces relations forme la base du présent Accord,

Se proposant de contribuer au développement social et économique de la République du Cap-Vert,

Sont convenus de ce qui suit :

Article premier

1) Le Gouvernement de la République fédérale d'Allemagne accorde la possibilité au Gouvernement de la République du Cap-Vert d'obtenir de la Kreditanstalt für Wiederaufbau (Institut de crédit pour la reconstruction), sise à Francfort-sur-le-Main, des contributions financières à concurrence d'un total de DM 11 000 000 (onze millions de deutsche marks).

2) Les contributions financières seront utilisées comme suit :

a) A concurrence d'un montant de DM 6 000 000 (six millions de deutsche marks) à titre d'aide à des projets

aa) Pour financer le supplément de coût pour le projet « Alimentation en eau de l'île de Fogo »,

bb) Pour financer le supplément de moyens financiers nécessaires pour le projet « Installation de remplissage de gaz butane »,

cc) Pour le projet « Asphaltage de la piste des aérodromes de Fogo et de Brava », si, après examen, le financement de ces projets apparaît justifié;

b) A concurrence d'un montant de DM 5 000 000 (cinq millions de deutsche marks) pour financer le coût des devises nécessaires à l'acquisition des biens et services permettant de satisfaire les besoins civils actuels, ainsi que les dépenses en monnaies étrangère et nationale relatives au transport, à l'assurance et au montage des biens dont l'importation est financée – de préférence pour la poursuite du développement des îles de Fogo et de Brava.

Les biens et services visés dans le présent Accord doivent être inscrits sur la liste jointe en annexe et avoir fait l'objet de contrats conclus après le 1^{er} juin 1989.

3) Les projets visés aux alinéas aa à cc du paragraphe 2 pourront être remplacés par d'autres projets si le Gouvernement de la République fédérale d'Allemagne et le Gouvernement de la République du Cap-Vert en conviennent ainsi.

¹ Entré en vigueur le 28 septembre 1989 par la signature, conformément à l'article 7.

Article 2

L'utilisation des montants visés à l'article premier du présent Accord et les conditions auxquelles ils sont accordés ainsi que les modalités d'attribution des contrats relatifs aux projets visés aux alinéas *aa* à *cc* du paragraphe 2 de l'article premier seront déterminées en détail par les contrats de financement à conclure entre la République du Cap-Vert et la Kreditanstalt für Wiederaufbau sise à Francfort-sur-le-Main, lesquels seront soumis à la législation en vigueur en République fédérale d'Allemagne.

Article 3

Le Gouvernement de la République du Cap-Vert exonérera la Kreditanstalt für Wiederaufbau de tous impôts et autres droits perçus dans la République du Cap-Vert tant lors de la conclusion que durant l'exécution du contrat visé à l'article 2.

Article 4

S'agissant du transport par mer, terre ou air de personnes et de marchandises découlant de l'octroi des contributions financières, le Gouvernement de la République du Cap-Vert laissera aux passagers et aux fournisseurs le libre choix des entreprises de transport; il ne prendra aucune mesure susceptible d'exclure ou d'entraver la participation à conditions égales des entreprises de transport ayant leur siège dans le domaine d'application allemand du présent Accord et délivrera, le cas échéant, les autorisations nécessaires à la participation de ces entreprises.

Article 5

En ce qui concerne les biens et services résultant de l'octroi des contributions financières, le Gouvernement de la République fédérale d'Allemagne attache une importance particulière à ce que la priorité soit donnée à l'utilisation du potentiel économique du *Land Berlin*.

Article 6

Le présent Accord s'appliquera également au *Land Berlin*, sauf déclaration contraire faite par le Gouvernement de la République fédérale d'Allemagne au Gouvernement de la République du Cap-Vert dans les trois mois qui suivront son entrée en vigueur.

Article 7

Le présent Accord entre en vigueur à la date de sa signature.

FAIT à Dakar le 28 septembre 1989, en deux exemplaires originaux, chacun en langues allemande et portugaise, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement
de la République fédérale d'Allemagne :

WÖCKEL

Pour le Gouvernement de la République du Cap-Vert :

SPENCER LIMA

ANNEXE À L'ACCORD DE COOPÉRATION FINANCIÈRE DU 28 SEPTEMBRE 1989,
ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRALE D'ALLEMAGNE
ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DU CAP-VERT

1. Liste des biens et services qui peuvent être financés au moyen des contributions visées à l'article premier de l'Accord gouvernemental du 28 septembre 1989 :

- Matières premières et matières auxiliaires industrielles ainsi que produits semi-finis;
- Equipements industriels, machines et outillages agricoles;
- Pièces de rechange et accessoires en tout genre;
- Produits de l'industrie chimique, notamment engrais, produits phytosanitaires et insecticides, médicaments;
- Services de conseil, brevets et droits de licence.

2. Les importations ne figurant pas sur cette liste ne pourront être financées qu'avec l'accord préalable du Gouvernement de la République fédérale d'Allemagne.

3. L'importation de produits de luxe et de biens de consommation destinés à l'usage privé, ainsi que de produits et d'équipements destinés à des fins militaires, ne peut être financée par les contributions financières.
